



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

00100-167210/2018-96  
02010210(2/50/E)

**M. 279/18**

**Campinas, 6 de dezembro de 2018.**

**Excelentíssimo Senhor  
Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal**

Junte-se ao processado do  
PLC  
nº 39, de 2015.  
Em 22 / 12 / 19

*Sim. Paulo Paim*

Estamos encaminhando cópia de inteiro teor da Moção nº **279/2018**, de autoria do(s) senhor(s) Carlinhos Camêlo, devidamente aprovada na **76ª** Reunião Ordinária.

Respeitosamente,

*Rafa Zimbaldi*

**Rafa Zimbaldi**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

MOÇÃO Nº 279 de 2018



Do Sr. Carlinhos Camelo

**Moção de Apelo ao Senado Federal para votação e aprovação da PL 2833/2011 que criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos, e dá outras providências.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas,  
Rafa Zimbaldi,**

Nos termos do art. 139 do Regimento Interno, apresento a Vossa Excelência esta moção para submissão ao Plenário e encaminhamento, se aprovada, para o Congresso Nacional.

Um cachorro abandonado morreu após ser envenenado e espancado por um funcionário de uma loja da rede do supermercado Carrefour, em Osasco, na Grande São Paulo, na última sexta-feira, 30 de novembro de 2018.

Fotos do animal ferido e a denúncia das agressões foram divulgadas no Facebook. Uma das postagens teve quase 20 mil compartilhamentos.

Em nota, a rede Carrefour afirma que o funcionário envolvido foi previamente afastado, e que o animal perdeu os sentidos após a abordagem de profissionais do Centro de Zoonoses de Osasco. Tendo a Prefeitura de Osasco confirmado que recolheu o animal ferido e sangrando, com escoriações múltiplas.

A denúncia de maus-tratos é legitimada pelo artigo 32, da Lei Federal nº. 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais) e pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 225, o qual veda qualquer tipo de crueldade contra animais.

O objetivo da proteção do presente tipo penal é o de reprimir os atentados contra os animais. O ser humano deve respeitar os demais seres da natureza e evitar-lhes o sofrimento desnecessário. A crueldade avilta o homem e faz sofrer, desnecessariamente o animal. O objetivo da norma é buscar que tais fatos não se tornem rotineiros e tacitamente admitidos pela sociedade.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Observa-se que o artigo 32 da lei supracitada impõe àqueles que praticam maus tratos contra qualquer tipo de animal, a pena de detenção de três meses a um ano e multa. No caso de ocorrer morte, a sanção será aumentada de um terço a um sexto. Pena demasiadamente branda.

Todavia, em 2012 foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por unanimidade, o Projeto de Lei n.º 2833/2011, de autoria do Deputado Federal Ricardo Tripoli, o qual aumenta as penalidades para quem comete maus tratos contra animais, em especial, cães e gatos.

Desta forma, as penas passariam a ser de cinco a oito anos de reclusão para quem provoca a morte de animais e tem como agravante, nos casos da morte ser cometida com emprego de veneno, fogo, asfixia, espancamento, arrastamento, tortura ou outro meio cruel, o aumento da pena para seis a dez anos de reclusão, sendo esta dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas ou pelo responsável pelo animal, e sendo o crime culposos a pena cai para três à cinco anos de detenção.

Assim importante se faz a aprovação do Projeto de Lei n.º 2833/2011 para que atos como o do dia 30 de novembro não voltem a acontecer, posto que o endurecimento da legislação auxilia na inibição de tais atos de violência.

Destaca-se que os princípios de não violência e a busca pelo embasamento ético na condução de ações individuais e coletivas norteiam o clamor social pela mudança de paradigmas, de preceitos culturais e impõe o respeito à vida de todos os seres vivos como condição de civilidade e sobrevivência dos ecossistemas e, por conseguinte, da própria espécie humana.

É cediço que crimes cometidos contra os animais afetam a sensibilidade comum. Há pouco, notícias de barbáries eram desqualificadas e nem sempre provocavam clamor público. Hoje, em função da amplificação dos meios de comunicação e do advento das redes sociais, se tem acesso a cada vez mais casos de agressões contra seres vivos. E os atos de crueldade contra cães e gatos, cujo convívio com o homem se estreitou ao longo dos tempos, também se noticiam mais frequentes.

Cães e gatos, assim como quaisquer outros animais, são seres sencientes, dotados de sistema neurosensitivo, que os fazem receptivos aos estímulos externos e ambientais, e os impinge a condição de vítima em casos de crueldade, sofrimento, agressão, atentado à vida, à saúde ou a integridade física ou mental. São seres indefesos, dependentes do homem, posto que não mais se inserem nos ecossistemas, no meio ambiente natural. Assim impõe ao homem o dever de protegê-los.

**Diante de todo o exposto apresento e peço aos nobres pares a aprovação da presente Moção de Apelo ao Senado Federal para votação e aprovação da PL 2833/2011 que criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos, e dá outras providências.**







# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Que do deliberado se dê ciência ao Presidente do Senado Federal sr. Eunício Oliveira, na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70165-900, ao Presidente da Câmara dos Deputados, sr. Deputado Federal Rodrigo Maia, na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70160-900 e ao Gabinete do Presidente da República sr. Michel Temer, na Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar, CEP: 70.150-900 – Brasília-DF.

Sala de Reuniões, 5 de dezembro 2018.

---

**Carlinhos Camelo**  
PCdoB





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Coordenadoria de Atendimento ao Plenário  
[cap@campinas.sp.leg.br](mailto:cap@campinas.sp.leg.br)

Câmara Municipal de  
Campinas  
Coordenadoria de  
Atendimento ao Plenário

Folha nº

Moção nº 279/2018  
Do senhor Carlinhos Camelo

Conforme estabelece o art. 139 do Regimento Interno<sup>1</sup>:

À Comissão de Constituição e Legalidade para analisar e após ao Plenário para deliberar.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2018.

PRESIDENTE

1Art. 139 - Moção é a proposição em que é manifestada a opinião da Câmara sobre determinado assunto, apelando, apoiando ou protestando. (alterado pela Res. 933/2017)

I - A moção deverá ser redigida com clareza e precisão, concluída necessariamente por um texto que será objeto de apreciação pelo Plenário.

II - Lida no expediente ou após recebida pela Mesa, será a moção deliberada na mesma reunião desde que protocolada até as 18h30 e após análise da Comissão de Constituição e Legalidade.

III - A Mesa deixará de receber moção quando o objetivo por ela visado possa ser atingido através de indicação ou requerimento.

IV - Para aprovação de moção, é necessária a maioria simples dos votos. (alterado pelas Res. 949/2018).



Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

Senhor Rafa Zimbaldi, Presidente da Câmara Municipal  
de Campinas – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, da  
Moção nº 279/18, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do  
Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida  
para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 2015, que  
“*Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras  
providências*”.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121372>.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

